

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

**O PROGRAMA FUTURE-SE DO GOVERNO BOLSONARO E A IDEIA DE
REVIGORAMENTO DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS**

Ingrid David dos Santos
UEL- ingridavidsantos.id@gmail.com;
Sílvia Alves dos Santos
UEL- sillalves@uel.br;
Vitor Matheus Campelo da Silva
UEL- vitor.campelo@hotmail.com

Eixo 3: Educação superior

Resumo

Esse ensaio é fruto do debate sobre essa temática em um projeto de pesquisa em andamento na Universidade Estadual de Londrina. A problemática deste estudo pauta-se na necessidade de compreender quais são os objetivos do programa *Future-se* do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para a política pública de educação superior no Brasil. A justificativa assenta-se na preocupação de que uma política como esta poderá desencadear um amplo processo de privatização e terceirização da universidade pública estatal. Nosso objetivo com esse texto é discutir como as políticas mais recentes voltadas para a educação superior, num contexto de muitos ataques ideológicos e materializados em cortes orçamentários, pode contribuir para o revigoração da teoria do capital humano na prática social da universidade. Nossas hipóteses sugerem que este programa, faz parte de uma tentativa de reestruturação das universidades públicas, para descaracterizar o sentido público estatal na garantia do direito de acessar a educação superior. A metodologia utilizada para este estudo tem sido orientada por revisão bibliográfica e análise documental.

Palavras-chave: Universidade; Programa Future-se; Teoria do Capital humano.

Introdução

A sociedade ao passar por processos transformativos do ponto de vista do avanço das desigualdades sociais com o capitalismo contemporâneo conviveu com as mudanças estruturais na economia dos países, que por sua vez, necessitava reestruturar as instituições educativas para acompanhar o processo produtivo mundializado, com o sucesso que esperavam os acordos econômicos internacionais firmados ainda no início da década de 1990 (SANTOS; MALANCHEN, 2017).

Num contexto de crises cíclicas do capital, surgem alguns ideários que passam a ser receituários de uma política de reconstrução nacional para muitos

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

países periféricos, entre eles o Brasil. O primeiro ideário a tornar-se hegemônico foi a implantação de um modelo econômico neoliberal. Esse modelo preconiza a liberdade individual como elemento fundante das relações econômicas e sociais. Isso significa dizer que, para o sucesso desse modelo e a transformação dos países que o adotam, há necessidade de internalização do conceito de liberdade individual em todas as formas de relação entre as pessoas (PAULANI, 2008).

Entretanto, cabem lembrar que, essa liberdade está vinculada à mediação do mercado como indutor de competitividade e de concorrência, elementos esses, que são apregoados como parte motora da filosofia neoliberal para o desenvolvimento social e individual da sociedade. É nesse contexto que o objetivo desse ensaio se coloca como pertinente. Analisar alguns eixos do programa *Future-se* apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL), ainda que seja recente, ou mesmo uma leitura incipiente, pelo fato do projeto estar em processo de discussão, já é possível tecer algumas considerações.

Nossa intenção é mostrar num primeiro momento o desmonte da universidade pública pela via da ofensiva dos ideários neoliberais que vão sendo implementados e internalizados. Num segundo momento, situar o projeto de lei do *Future-se* nessa conjuntura, mostrando seus objetivos e consequências. E por último, tentar esclarecer como esse projeto de lei pode contribuir para o revigoreamento da teoria do capital humano no cotidiano das universidades públicas, destruindo a ideia de um bem público, de um patrimônio da sociedade brasileira, bem como os desafios que nos apresenta para possíveis resistências.

Resultados e discussão

1.1 O desmonte da universidade pública brasileira pela via da ofensiva neoliberal

Compreender o contexto neoliberal contemporâneo de ofensiva contra a universidade pública nos remete necessariamente a buscarmos a relação de suas raízes históricas. O neoliberalismo é um modelo econômico que, segundo Harvey (2008), se torna uma ideia dominante por meio de sensações, instintos, valores, desejos, conceitos e figuras. Nada mais apropriável para uma época como a que vivemos em que se valoriza tanto as sensações e emoções como forma de

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

dominação humana e sedimentação de uma ideologia que se quer dominante. Os discursos geralmente são carregados de uma retórica comovente e 'preocupada' com a humanização e emancipação dos sujeitos. Observa-se que as lutas por liberdade de expressão, de escolhas de representantes políticos ou mesmo pela defesa da democracia são jargões bastante utilizados para dois pesos no Brasil. Harvey (2008, p.15), diz:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos.

A condição de reflexão sobre o papel histórico que a universidade brasileira construiu através de sua existência como um espaço formador da intelectualidade, e mesmo da classe dirigente, é capturada por estratégias de ofensivas neoliberais que vão corroendo a histórica missão dessa instituição na formação da soberania nacional e mesmo da formação do seu povo (SILVA, 1999).

O *modus operandi* da ofensiva neoliberal sobre as universidades públicas vem ganhando cada vez mais espaço nas políticas do Estado brasileiro, especialmente, a partir da década de 1990. De lá pra cá, as crises cíclicas do capitalismo reforçaram os mecanismos de ataque mediante estratégias cada vez mais ofensivas no sentido da destruição do sentido público-estatal (PAULANI, 2008).

Desde então o ambiente universitário passou a alinhar-se de modo mais explícito para a produção daquilo que Silva Jr. (2017) denomina como produção de conhecimento como matéria-prima. Ou seja, as instituições universitárias públicas passaram a produzir conhecimentos cada vez mais alinhados ao setor produtivo industrial, cujos lucros, em sua maioria, não retornam para o fundo público. Silva (2018) também corrobora que esse é um movimento de privatização da universidade pública, com claros objetivos de ampliar cada vez mais o espaço de parcerias com o setor privado. O processo de privatização não se mostra necessariamente um movimento direto do mercado, mas sim uma relação de muitas mediações entre estado e mercado para justificar que o setor público precisa cortar custos e se modernizar. A justificativa para os cortes no custeio das universidades não apresenta um diagnóstico claro de como as universidades vêm sobrevivendo nos últimos dez anos. As instituições públicas de educação superior

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

passam por uma longa crise que se agudizou nos últimos três anos, após o golpe impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), levando-a a um processo de *impeachment* bastante controverso e frágil juridicamente.

A ofensiva contra as universidades está materializada de muitas formas, dentre elas, por cortes orçamentários substanciais, falta de atendimento com estrutura física das universidades, baixa ou nenhuma oferta de concursos públicos, ataques à carreira de professores e servidores públicos, mediante legislações que retiram direitos conquistados ao longo da carreira, aprovação da PEC do teto dos gastos públicos que congela os investimentos em educação por vinte anos, enfim. Tais elementos, observados no conjunto da prática social universitária, mostra-nos um intenso processo de precarização das instituições e do trabalho executado por professores e servidores.

Chauí (2014) mostra-nos que a universidade pública brasileira já vem de um longo processo de descaracterização do seu papel histórico na sociedade, passando de uma instituição pública para uma organização social mediada pelo mercado. A Instituição carrega o sentido histórico da sua fundação como espaço de produção e socialização das riquezas da humanidade, sistematizadas nos conhecimentos científicos, enquanto a Organização Social conjuga-se pelo aparato de prestação de serviços por meio de demandas focalizadas, ou seja, uma universidade operacional. O termo universidade operacional manifesta a ideia de um espaço voltado para atingir resultados. Os princípios dessa organização são baseados nas práticas empresariais como eficiência, eficácia, flexibilidade e produtividade. Ao caracterizar-se por essa lógica, a universidade pública compromete o tripé ensino, pesquisa e extensão, e passa a exercê-lo como um serviço a ser prestado, negociado ou vendido.

Observa-se que após 2016, a educação superior brasileira, especialmente no âmbito das universidades públicas, tanto federais como estaduais, toma rumos bastante comprometedores para sua existência a médio e longo prazo. A situação se agrava gradualmente entre o governo interino de Michel Temer (MDB) e posteriormente ganha contornos ainda mais ofensivos quando chega à presidência do planalto Jair Bolsonaro (PSL) (MANCIBO, 2018). O primeiro estabelece o caminho de desmonte do financiamento público das universidades e da educação como um todo, através da PEC dos gastos públicos. O último assenta seu governo

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

nas práticas da gradual entrega de estatais para a iniciativa privada, estabelecendo acordos cada vez mais espúrios para sustentar o discurso de ataque a universidade pública como espaço dominado por “esquerdistas” e “marxistas”. Tal discurso só comprova o desconhecimento do papel social das universidades públicas para o fortalecimento da democracia e da formação da soberania do povo.

Jair Bolsonaro, ao iniciar a composição do seu governo passa por muitas dificuldades de conseguir quadros a altura da complexidade das pastas ministeriais. Os embates e as cobranças pelo cumprimento dos acordos de campanha eleitoral se mostram intensos e difíceis de encontrar consensos junto às entidades da sociedade civil organizada. No campo da educação, a indicação recente de Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub para o Ministério da Educação causou intensa repulsa pela comunidade acadêmica, devido a sua formação como economista, cuja atuação e produção, se alinha com a ênfase na privatização das universidades públicas e militarização das escolas de educação básica.

As primeiras iniciativas de Weintraub foi iniciar um intenso processo de cortes nas bolsas de pesquisa das agências de fomento como Capes, CNPq, universidades e institutos de pesquisa. As notícias veiculadas pela mídia e pelas associações científicas calcularam um desmonte imediato de quase 300 milhões de reais, comprometendo drasticamente o desenvolvimento de importantes pesquisas em andamento no país.

Depois de muitas manifestações de estudantes e comunidades universitárias, associações científicas, o governo intervém fazendo um aporte orçamentário para fechar o segundo semestre de 2019 com o pagamento de bolsas de pesquisa em nível de mestrados, doutorados e iniciação científica, sem dar nenhuma previsão, até o momento, de qual será exatamente o orçamento para a educação superior pública para o ano de 2020. Ainda no quadro de desmonte das universidades públicas nesse governo, o então ministro da educação, propõe um projeto, segundo ele – revolucionário - para tirar as universidades da situação calamitosa de orçamento, propondo então um programa denominado *Future-se*, sobre o qual discutiremos mais adiante. No entanto, cabe salientar que a proposição desse programa está alinhada aos pressupostos da privatização das universidades públicas transformando-as em Autarquias Pública de Economia Mista.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Na mesma esteira de destruição da ideia de universidade pública, as políticas do atual presidente da república Jair Bolsonaro (PSL), sua equipe ministerial e seus aliados no Congresso Nacional e no Senado Federal mostram-se bastante afinados na tentativa de desqualificar a todo tempo os servidores públicos. Os ataques não param apenas nos discursos, mas materializam-se através de propostas de lei, cujos objetivos é retirar direitos dos trabalhadores.

São inúmeros os desafios a serem enfrentados nesse atual governo no que diz respeito à universidade pública. O primeiro será superar os equívocos em torno da sua função social. O segundo trabalhar no convencimento da população sobre a importância desse espaço para a garantia da democracia, onde a liberdade de expressão e produção do conhecimento científico possa fazer valer o seu legado secular. E por fim, não menos importante, resgatar o sentido público da universidade, como espaço formador, acessível a todos e garantido pelo Estado.

1.2 O Programa *Future-se* e sua lógica de aproximação com o mercado

Considerando o exposto no item anterior, observamos que a lógica de ataques à universidade pública tem objetivos muito claros de aproximação com o mercado.

Art. 1º Fica instituído o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, que tem por finalidade o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios.

§ 1º O FUTURE-SE divide-se em três eixos:

I – gestão, governança e empreendedorismo;

II – pesquisa e inovação; e

III – internacionalização (BRASIL/MEC, 2019).

A proposição do projeto de lei denominado *Future-se*, em que institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, mostra-nos seu claro objetivo de desenvolver uma política de parcerias com o setor privado, de modo a angariar recursos para a subsistência das universidades e institutos federais. O que se percebe, é que não está em jogo apenas a concretização de parcerias, mas um gradual processo de entrega do setor público ao privado,

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

mediante a justificativa de falta de orçamento público para garantir o ensino a pesquisa e a extensão como historicamente o Estado assumiu. O projeto de lei traz a interferência de empresas por meio de contratos de gestão que financiam projetos de pesquisa para áreas “rentáveis” da sociedade. Projeta-se com o *Future-se* uma ideia de pesquisa que seja voltada à sociedade, mas que antes passe pelo crivo do mercado para opinar sobre sua utilidade, rentabilidade, eficiência e condições de custeio. Ou seja, um projeto que está, na sua essência, orientado pelos princípios da financeirização das universidades.

Na conjuntura atual, do governo de Bolsonaro, a proposta do *Future-se* só vem consolidar um cenário já estabelecido desde o governo de Michel Temer com a EC 95/2016, que ao estipular um teto de gastos para o setor público, especialmente para a educação, já anuncia que os objetivos de desenvolvimento social e crescimento econômico não passarão pelas áreas sociais, no sentido de garantias de direitos para a população, especialmente aquelas mais carentes e que necessitam dos serviços públicos.

O ajuste fiscal (...), por outro lado, acarreta como consequência a restrição de direitos da classe trabalhadora, provoca perdas salariais para trabalhadores em geral e para servidores públicos, desestrutura carreiras, intensifica e precariza as condições de trabalho (REIS, 2018, p. 9).

Nos três eixos apresentados no projeto de lei, não se percebe preocupação com o desenvolvimento de pesquisas ou parcerias que possam atender demandas que não sejam produtivas (aos olhos do mercado). Ao propor a captação de recursos próprios, sobram para os gestores das universidades públicas a capacidade de mobilizar recursos através de um marketing pesado sobre quais áreas/projetos serão financiáveis. Nossa preocupação volta-se para as pesquisas e projetos das ciências humanas, que historicamente já carregam a pecha de área improdutiva, por não ter como objeto/objetivos esse viés de proximidade com os princípios do mercado.

Interessante notar que a operacionalização do *Future-se* passa por contratos de gestão que não necessariamente passarão por chamamento público, ou seja, licitação. Tal prerrogativa abre-se brechas para que empresas particulares, próximas a quem ocupa espaços de poder no âmbito do setor público possam ser

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

liberadas a fazer uso de instalações públicas ou mesmo de financiamento público sem uma fiscalização mais rigorosa.

Art. 7o Como forma de dar cumprimento ao contrato de gestão, a União e/ou as IFES poderão fomentar a organização social por meio de repasse de recursos orçamentários e permissão de uso de bens públicos (BRASIL/MEC, 2019).

De modo geral, uma análise, ainda que primária desse projeto de lei mostra-nos a tentativa de inserir um *modus operandi* nas universidades públicas que sejam orientados pelos mecanismos da eficiência e do empreendedorismo visando a inovação dessas instituições. Esse objetivo parece-nos estar alinhado a um modelo econômico que traz a reboque, os limites dados por uma sociedade marcadamente desigual, quando se trata de acesso a serviços de qualidade socialmente referenciada. No caso das universidades, a ideia de torná-las Organizações Sociais já remonta aquilo que Marilena Chauí há anos nos chamava atenção para o caráter utilitário das pesquisas em detrimento de uma pesquisa que fomentasse o desenvolvimento social e econômico incluindo a todos, ou ao menos, criando políticas públicas que contribuíssem para amenizar as desigualdades sociais.

Numa organização, uma "pesquisa" é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo de limitado. Em outras palavras, uma "pesquisa" é um "survey" de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como, nem porquê realizar-se (CHAUÍ, 2014, p.6).

O projeto do *Future-se* ainda traz um entendimento de que aquelas instituições que não aderirem ao programa estarão fadadas ao fracasso e perderão a oportunidade de inserir-se mundialmente num projeto de parcerias com o setor privado, que por sua vez, poderiam tirá-las da condição de precarização de instalações físicas, ou mesmo da contratação de recursos humanos para a execução dos serviços. Essa ideia mostra-nos que mais do que a proposta de um projeto de lei, esse programa tende a consolidar uma política de privatização das

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

universidades de um modo mais acelerado, tendo em vista que, ao flexibilizar os contratos de gestão poderemos incorrer em perder de vista a função histórica e social da universidade em promover diagnósticos e políticas públicas que possam auxiliar a população a consolidar uma vida mais digna, com direito a educação pública em todos os níveis e modalidades.

Por fim, o que esse projeto busca é refuncionalizar as universidades públicas como uma organização orientada pelos princípios do mercado. Transformá-las em autarquias mistas de modo a inserir o modelo tecnocrático de gestão bem como coibir, reprimir ou proibir qualquer tipo de manifestação livre do pensamento filosófico que historicamente caracterizou esse espaço formativo (LEHER, 2019). Para a consolidação de tal projeto, algumas mudanças são necessárias para mobilizar as mentes e o cotidiano. Para tanto o revigoramento da teoria do capital humano tem se mostrado válido e um mecanismo muito enaltecido pelos gestores tecnocratas das universidades.

1.3 O revigoramento da teoria do Capital Humano nas universidades públicas através do empreendedorismo

Numa sociedade marcadamente introjetada pelo ideário neoliberal, cumpre assinalar que a universidade pública tenderia a acompanhar tais premissas, objetivando um tipo de ensino que viabilizasse os elementos norteadores desse modelo econômico, quais sejam: competitividade, individualismo, eficiência, empreendedorismo e um modo de produção e apropriação de conhecimentos orientados pelo mérito de cada indivíduo. No rol dessas orientações, vem a reboque alguns programas, projetos e políticas que nem sempre atendem aos princípios historicamente construídos e sistematizados coerentemente pela comunidade acadêmica ao longo de sua existência.

Um desses projetos é o *Future-se*, item que apresentamos na discussão anterior. Entendemos que a proposição do *Future-se* como um projeto de lei que tende a ser desenvolvido como uma política pública traz em seu bojo as ideais da eficiência, do empreendedorismo, da racionalização e gerência de recursos públicos pela via das terceirizações, ou mesmo, pela via da privatização de serviços.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

É importante destacar que um ideário que tem o empreendedorismo como mote, ele resgata os princípios da Teoria do Capital Humano no cotidiano acadêmico, haja vista uma série de projetos que foram sendo aprovados nos últimos quatro anos no Brasil, desde a educação básica, como por exemplo, a BNCC e a Reforma do Ensino Médio com a Lei n. 13.415/2017 e que reverberará em alterações significativas e substanciais para a execução da função social da universidade mediante o desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A teoria do capital humano não é algo utilizado recentemente na educação, ela eclode por volta do final da década de 1960 e início da década de 1970 no Brasil. A definição de capital humano “busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros” (FRIGOTTO, 1993, p. 41), transformando a formação do sujeito em um produto que possa ser adquirido conforme as demandas do mercado. Logo, a compreensão de capital humano se relaciona com o desenvolvimento e a educação (FRIGOTTO, 1993).

O fato é que ao tomar a teoria do capital humano como fundamento das relações sociais formativas, incorremos em reforçar a meritocracia e as desigualdades de acessos aos bens produzidos, especialmente quando se trata de conhecimentos, certificações, diplomas, porque esses elementos, já foram de certo modo, incorporados na diversificação oferecida pelo mercado, especialmente pela via do setor privado que oferece educação a distância (CANDIOTTO, 2002).

A prática educativa escolar reduz-se a uma questão técnica, a tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. Trata-se da perspectiva instrumentalista e funcional de educação (FRIGOTTO, 1993, p. 16).

Essa formação é vista como investimento, isso posto, cabe ao indivíduo investir em sua formação, buscando promover-se e ascender-se socialmente, carregando a ideia que, a curto ou longo prazo, se houver investimento e esforço próprio e individual, o trabalhador poderá dispor de privilégios similares aos da classe dominante. Não há a explicitação de que as condições materiais objetivas são determinantes para que o indivíduo acesse os bens e espaços dessa sociedade, que na sua essência é desigual (CANDIOTTO, 2002).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

O que é determinante vira determinado. Ou seja, a escolarização é posta como determinante de renda, de ganhos futuros, de mobilidade, de equalização social pela equalização das oportunidades escolares [...], e o acesso à escola, a permanência nela e o desempenho em qualquer nível, são explicados fundamentalmente pela renda e outros indicadores que descrevem a situação econômica familiar (FRIGOTTO, 1993, p. 51).

Observamos que a relação mediata entre educação e economia é inseparável diante de uma sociedade de classes. A formação escolar, por sua vez, “é reivindicada pelas massas trabalhadoras, mas as camadas dominantes relutam em expandi-la” (SAVIANI, 2001, p.161). Na sociedade capitalista, orienta-se estabelecer na educação escolar, a transmissão de um conhecimento mínimo, rápido, ajustável, voltado em grande parte para a inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho (FRIGOTTO, 1993).

[...] o trabalhador não pode ter o meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas “em doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção (SAVIANI, 2001, p. 161).

A descaracterização da formação escolar dos trabalhadores interessa apenas na preservação da sociedade burguesa e na manutenção de seus privilégios, pois ao desconstruir um currículo centrado no conteúdo escolar científico na educação básica, há uma ‘seleção social’ daqueles que terão as condições necessárias para acessar a educação superior nas universidades públicas. Com isso entende-se que o discurso do empreendedorismo, da eficiência, do individualismo, das competências e habilidades, e mesmo da inovação são carregados de sentido, quando os entendemos pela via do revigoramento da teoria do capital humano. Esses discursos trazem consigo o viés da responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso.

No espaço da universidade pública esses princípios são revigorados através do projeto de lei do *Future-se* em que paulatinamente vai repassando aos indivíduos e aos próprios gestores das universidades, as responsabilidades pela sua manutenção, sucesso ou fracasso.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Importa refletirmos que a construção de um novo ou outro projeto de universidade pública passa, sem dúvidas, pelo reconhecimento dos limites dessa instituição na sociedade capitalista, reiteradamente atacada pelos pressupostos utilitaristas e pragmáticos do mercado, no entanto, emerge como central a necessidade de resgate da sua função histórica como espaço formador da intelectualidade, de modo a proporcionar o acesso ao que há de mais complexo e elaborado na humanidade, contribuindo assim para que as pessoas que acessam a educação superior tenham as condições de pensar um projeto de sociedade que seja mais inclusivo e menos competitivo e individualizado.

Conclusão

Repensar o projeto de sociedade que queremos passa necessariamente pelo desvelamento dos projetos políticos em disputa no país. Há que se considerar os avanços conquistados pela esquerda, conduzida em grande parte pelas ações dos governos petistas, no entanto, cabe também considerar que, mesmo com avanços no campo das políticas sociais, esses governos não garantiram a governabilidade sem ser partícipes de conluíus que ao fim, decretaram sua execução sumária por meio da coroação de um golpe contra o governo da presidenta Dilma Rousseff no início do ano de 2016 (SANTOS; MALANCHEN, 2017).

Tal contexto político, desencadeou uma série de ações sistemáticas, em sintonia com o legislativo, o judiciário e o setor midiático, que ao fim, nos conduziram a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) para a presidência da república em 2018, depois de um intenso uso das denominadas *fake news*

O desencadeamento de medidas, projetos e programas, entre eles, o *Future-se*, parece-nos indicar, que não há por parte desse governo, a preocupação com a manutenção histórica desse espaço formador como um bem público, como um patrimônio da sociedade brasileira, que é reconhecida internacionalmente por suas pesquisas e projetos de professores e alunos que se dedicam nas universidades. O ataque a autonomia das universidades públicas, o ataque à liberdade de expressão do pensamento científico e filosófico, o ataque à carreira de servidores públicos, o ataque ao financiamento de bolsas e infraestrutura, evidencia que o perfil desse governo é a entrega gradativa da instituição pública universitária

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

para o setor privado, transformando-a em autarquia mista, num primeiro momento, e posteriormente, dependendo das condições objetivas, o repasse destas definitivamente para o mercado administrar.

O *Future-se*, ao indicar a transformação das universidades públicas em autarquias mistas, já deixa claro qual seu projeto de universidade: ajustada, produtiva, competitiva e inovadora. Tais elementos são oriundos da gerência empresarial, que trata a coisa pública como um produto que pode ser comercializável conforme as demandas do mercado mundial.

A resistência a esse projeto parece-nos acontecer, de certo modo sim. As universidades estão se mobilizando pela sua existência enquanto instituição pública. No entanto, não sabemos até quando teremos as condições para resistir e propor novas formas de enfrentamentos contra cortes de orçamento, contra-ataques de toda ordem, especialmente contra os ataques à própria produção da ciência nesse espaço. Os dias exigirão vigilância, conhecimento e disposição para a luta, em defesa da conservação desse nosso patrimônio que são as universidades públicas no Brasil.

Referências

BRASIL. Projeto de Lei que Institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, e dá outras providências. Brasília, 2019.

CANDIOTTO, Cesar. Aproximações entre o capital humano e qualidade total na educação. **Revista Educar**, Curitiba, n.19, p.199-216, 2002.

CHAUI, Marilena. Contra a universidade operacional. A greve de 2014 (8 de agosto de 2014). Palestra proferida para a ADUSP, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEHER, Roberto. Análise preliminar do "future-se" indica a refuncionalização das Universidades e Institutos Federais. In.:<https://avaliacaoeducacional.com/2019/07/25/texto-de-leher-sobre-o-future-se-versao-final/> .

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

MANCEBO, Deise. O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior de 2016. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.56, n.49, p.62-84, jul./set. 2018.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2008.

REIS, Luiz Fernando. Autonomia e financiamento das universidades estaduais do Paraná: a agenda regressiva do governo Beto Richa. In: ANDES-SN. **Revista Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**, Brasília - DF, 2018.

SANTOS, Sílvia Alves dos.; MALANCHEN, Julia. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira – Volume I –**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTO, João Celso et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Solange Pereira da. As políticas econômicas brasileiras e os desmontes das universidades públicas. In: ANDES-SN. **Revista Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**, Brasília - DF, 2018.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A experiência universitária entre dois liberalismos. **Revista Tempo Social**. Rev. Sociol. USP. São Paulo (11) 1:1-47, mai, 1999.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new Brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?** Marília: Projeto Editorial Práxis, 2017.